

MECANISMOS DE PODER NA ESCOLA: FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES PADRONIZADAS

Fabiana Leifeld ¹

Resumo: Esta reflexão tem como premissa identificar enunciações nas discussões acerca dos mecanismos de poder presentes na escola os quais contribuem na formação de subjetividades que irão contribuir para a normalização da sociedade neoliberal. Para tanto, a pesquisa recorre às ferramentas compostas pela concepção teórica de Michel Foucault para analisar investigações oriundas das instituições escolares. Desse modo, utilizou-se como recurso metodológico a revisão de literatura em bases de dados que reúnem investigações científicas. As pesquisas revelam interesses subjacentes na formação de subjetividades, onde as relações de saber são materializadas por mecanismos de poder compostos por dispositivos de vigilância e controle, os quais permitem moldar comportamentos, pensamentos e posicionamentos. Assim, a escola tem desempenhado um papel fundamental na perpetuação do *status quo* da sociedade, responsável em incorporar e disseminar de forma natural o discurso neoliberal por uma forma peculiar de poder, a governamentalidade.

Palavras-chave: Escola; Mecanismos de Poder; Governamentalidade. Neoliberalismo.

POWER MECHANISMS IN SCHOOL: FORMATION OF STANDARDIZED SUBJECTIVITIES

Abstract: This reflection's objective is to identify the discursive enunciation in the educational field manifested from the social fabric that influences the formation of subjects today. To this end, the research uses tools composed by Michel Foucault's theoretical conception to analyze investigations from school institutions. Thus, the literature review in several databases that gather scientific investigations was used as a methodological resource. Research reveals underlying interests in the formation of subjectivities, where knowledge relations are materialized by power mechanisms composed of surveillance and control devices, which allow shaping behaviors, thoughts and positions. Thus, the school has played a fundamental role in the perpetuation of the status quo of society, responsible for naturally incorporating and disseminating the neoliberal discourse through a peculiar form of power, governmentality.

Keywords: School; Power mechanisms; Governmentality; Neoliberalism.

1. Introdução

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), professora da educação básica na rede pública de ensino na cidade de Carambeí/PR. E-mail: 4100121008001@ [uepg.br](mailto:4100121008001@uepg.br).



Foucault (1999; 2014; 2020; 2021) dedicou-se a identificar as relações entre poder e saber ao longo dos séculos, as quais influenciaram na formação objetivada do sujeito contemporâneo como ser que fala, vive e trabalha, e na composição de subjetividades, por meio de mecanismos de poder que emitem verdades enunciadas em determinados discursos, no interior dos espaços sociais. Desse modo, no período moderno, entre os séculos XVII e XVIII, sistemas institucionais, como a escola, o presídio, o hospital, entre outros, são instaurados com propósitos relacionados à formação, controle, correção, manutenção da disciplina das condutas do homem, sustentados por enunciados elaborados e aceitos como verdades.

Assim, verdades são aceitas e incorporadas na vida dos sujeitos ao longo dos séculos, verdades subordinadas às questões econômicas, sociais, culturais e políticas, os quais perpassam por diversos campos sociais (FOUCAULT, 2021). O sujeito é um elemento-chave na aceitação de uma verdade, pois, para que uma verdade seja aceita, o sujeito deve estar disposto a concordar e a acreditar na verdade que está sendo articulada por um discurso, muitas vezes persuasivo e manifestado a partir de determinados mecanismos de poder.

Foucault (2014) aponta, em seus estudos, a existência de técnicas de vigilância disciplinar na sociedade ocidental desde a Idade Média, as quais, pouco a pouco, foram sendo substituídas; assim, a ideia do que pode e deve ser considerado como normal ou anormal foi sendo constituída. Jeremy Betham, filósofo e jurista britânico, precursor do utilitarismo, foi idealizador de um projeto de controle disciplinar, no século XIX composto sobretudo pelo panóptico, capaz de gerar economia no processo das punições, utilizando-o como um dispositivo econômico e muito eficaz, o qual permitia que uma pessoa pudesse controlar e vigiar um grupo de sujeitos no interior de um espaço e, desse modo, os sujeitos acabavam desenvolvendo consciência de que estavam sendo vigiados, no entanto, a percepção do momento exato em que estavam sendo observados não era permitida.

O comportamento disciplinar permanente presente na atual conjuntura consiste no legado do dispositivo pertencente ao projeto de controle disciplinar, o panóptico, assim, a sociedade ocidental adota um consenso coletivo, posturas disciplinares normalizadoras e padronizadas, as quais foram constituídas gradativamente (FOUCAULT, 2014). Os martírios da Idade Média, o adestramento da Idade Moderna, as prisões do final do Século XIX e início do Século XX são formas de punição que foram deslocadas, e novas alternativas foram propostas, havendo, desse modo, um empenho em disciplinar comportamentos por “uma rede múltipla de elementos diversos – muros, espaço, instituição, regras, discursos [...]”. Tais elementos são fundamentais para a incorporação natural de saberes a partir do uso de poderes, que desencadeiam um comportamento disciplinar coletivo e efetivo (FOUCAULT, 2014, p. 302).

Nesse sentido, a escola compreende um campo fértil para formar corpos e mentes disciplinadas, com o propósito de fabricar o homem ideal para atuar e se adequar à sociedade. Logo, a escola desempenha com notoriedade a função de reguladora social no contexto atual, apresenta mecanismos de poder que circulam de forma hierárquica entre as relações de educandos e docentes,

promove a educação de acordo com os delineamentos exigidos em uma enunciação discursiva vigente de determinado período histórico, considerando aspectos sociais, econômicos e políticos (FOUCAULT, 2014).

Por conseguinte, o aparente discurso referente ao acesso democrático da educação remete a um processo de objetificação, resultado da construção histórica, em uma teia disciplinar invisível, onde todos são capturados por sua enunciação discursiva, em que se incorpora a ideia de naturalidade na absorção do disciplinamento de corpos e mentes. Desse modo, a escola tem desempenhado o papel de padronizar subjetividades, agindo sobre os corpos e mentes, sendo persuasiva por meio da disposição do jogo de poderes e saberes, considerando as relações entre sujeitos dispostos nas diferentes condições hierárquicas de um contexto social.

Nesta pesquisa, pretende-se identificar nas investigações provenientes da revisão de literatura, mecanismos de poder presentes na escola os quais contribuem na formação de subjetividades capazes de contribuir para a normalização da sociedade neoliberal. As constantes exigências em tornar o sujeito apto para se tornar um empreendedor de si e atuar na sociedade neoliberal se enfatizam nos documentos orientadores curriculares que regem atualmente a educação básica brasileira, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017) para o Ensino Fundamental da Educação Básica e a BNCC (BRASIL, 2018) para o Ensino Médio, sobretudo em relação à formação por competências e por um conjunto de habilidades para cada componente curricular, desprovidas da preocupação emancipatória e crítica.

Não se pretende esgotar as discussões neste texto, mas se propõe evidenciar enunciações discursivas por meio da revisão de literatura, a qual é feita, em uma pesquisa bibliográfica, "a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos" (FONSECA, 2002, p. 32). Neste estudo, optou-se por localizar artigos científicos sobre a existência de mecanismos de poder no âmbito escolar, de forma a permitir "ao pesquisador conhecer o que já estudou sobre o assunto" (FONSECA, 2002, p. 32).

2. SABER E PODER: A PRESENÇA DE MECANISMOS DE PODER NA ESCOLA

A partir do século XIX, quando despontam os estudos em Ciências Sociais, Foucault (1999) constata que o homem representa o objeto e não o sujeito do saber. Nessa perspectiva, o sujeito consiste no resultado de formações discursivas baseadas em vontade de poder, pois o sujeito só existe a partir das intenções e das forças vinculadas ao poder, emitidas por diversas instâncias sociais, através de discursos que induzem a quadros normalizadores de caráter moral e disciplinar.

Para Foucault (2020), ao sustentar um discurso, o indivíduo segue uma rede discursiva, obedece a uma coerência enunciativa, que num período histórico reúne as possibilidades de um saber, a *episteme*:

Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o

modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas. (FOUCAULT, 2020, p. 231)

A *episteme* não representa uma condição de conhecimento, mas, sim, a reunião das relações que incidem nas descobertas no âmbito das ciências e está em constante movimento, nos limites e nas desconstruções. O que Foucault (2020) faz consiste em efetivar a historicidade das ciências a partir de diferentes domínios de saber, baseados nas formações discursivas que emitem enunciações, as quais permitem a autenticidade como discursos verdadeiros.

No século XVII, os discursos elaborados são alicerçados em problematizações acerca das necessidades de uma época, saberes são constituídos e reconhecidos como verdades, por meio de enunciações relacionadas às questões de melhores condições de vida em sociedade. Nessa perspectiva, o homem moderno representa, em sua identidade, um ser racional, cartesiano e empirista, pertencente ao contexto histórico-cultural, social, econômico e político da época, e o discurso basilar desse momento é relacionado ao poder da razão e dos experimentos e métodos, a racionalidade está a serviço da produção de conhecimentos e benefícios para a vida do homem (ANDERY et al., 1988).

À luz das investigações científicas realizadas no século XIX, inicia-se um interesse em compreender o homem, as concepções sociais nas relações entre os sujeitos, verificando-se um esforço em identificar os saberes responsáveis na constituição do sujeito social. Foucault (2014) se apodera das concepções de Nietzsche, os pressupostos antipragmatistas contrários à submissão do homem a doutrinas ideológicas sobrepõem a visão do homem no período moderno, e, a partir do estudo genealógico, destaca que todo saber está permeado por condições e pela vontade de poder, discurso que passa a circular em todos os espaços sociais e institucionais, entre os quais a escola.

A escola, instituição moderna, elaborada para contribuir para a formação do homem moderno, propaga relações de saber e poder, e Foucault (2014) a intitula como “instituição de sequestro”, pelo fato de os estudantes passarem muito tempo das suas vidas neste local. Diferentemente das técnicas de suplício presentes na Idade Média, a escola pode ser compreendida na sua positividade como produtora de sujeitos dóceis e disciplinados, sem fazer o uso de terror (torturas e mortes), incorporando subjetividades de forma naturalizada.

Assim, a atual conjuntura educacional aponta para um retrocesso no discurso das políticas educacionais que permeiam a escola, observando-se a enunciação da concepção pragmática, repleta de pretensões objetivadas, vinculadas à performance. As enunciações discursivas no campo educacional entonam interesses neoliberais, os quais formam uma complexa rede de tecnologias de poder, engendradas por mecanismos de poder, a partir de decisões políticas cotidianas da escola. Isso resulta na valorização de objetivos de aprendizagem que enfatizam os aspectos performativos dos estudantes (MAGUIRE; BALL, 2011).

Os pressupostos das enunciações discursivas permitem analisar o campo educacional como terreno fértil entre as relações de saberes e de poderes. Nessa perspectiva, foi empreendida uma busca em pesquisas que discutem os mecanismos de poder na escola. Levando-se em conta um refinamento temporal, buscou-se por trabalhos publicados entre 2018 e 2022, diligenciando-se a eleição de produções científicas aplicadas à problematização no campo educacional, com ênfase nas relações de poder, após a implementação da BNCC (BRASIL, 2017) nas escolas brasileiras.

O supracitado documento orientador curricular defende a educação a partir de competências e preconiza a aquisição de habilidades pelos estudantes, sustentando o discurso neoliberal relacionado ao investimento de si, sobretudo de discentes, para obter sucesso na vida social. Desse modo, o recorte nas buscas a partir de 2018 deu-se devido à ênfase do discurso neoliberal no interior das escolas, por meio de um documento orientador curricular oficial que representa um dos pilares dos mecanismos de poder presentes nas escolas brasileiras atualmente.

Elencou-se, para a busca, o descritor “mecanismos de poder” + “escola”, para o qual se obteve o resultado inicial composto por 373 artigos. A partir das leituras dos resumos, palavras-chave e considerações finais, 15 trabalhos foram elencados para análise, sendo consideradas as pesquisas relacionadas à educação básica brasileira. O levantamento da revisão de literatura foi realizado no interior do repositório de periódicos da CAPES, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), que permite, simultaneamente, a busca em diversas bases, como Scielo, Educ@, Redalyc, entre outros portais, o que permitiu o acesso a inúmeras pesquisas.

Foram descartadas, para este estudo, pesquisas relacionadas à educação especial e à educação de países estrangeiros. Priorizaram-se as pesquisas relacionadas à educação básica brasileira, visto que os primeiros anos escolares fornecem conhecimentos elementares para a formação dos sujeitos que irão atuar na sociedade. Assim, a governamentalidade exercida nos primeiros anos escolares certamente marcará comportamentos, saberes e disciplina para toda a vida.

A partir das análises nas pesquisas selecionadas, estas foram articuladas em quatro variáveis: Propostas curriculares; Políticas de avaliação e gestão; Biopolítica; Formação de professores. Os resultados estão ilustrados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Mecanismos de poder no campo educacional.

Descritor	Propostas curriculares	Políticas de avaliação e gestão	Biopolítica	Formação de professores	TOTAL DE ARTIGOS ANALISADOS
Mecanismos de poder	5	4	4	2	15

Fonte: a autora.

A Tabela 1 relaciona mecanismos de poder com quatro variáveis, as quais indicam as relações problemáticas e temáticas das pesquisas. Desse modo, pôde-se vislumbrar mecanismos de poder situados no campo educacional, identificados nas pesquisas por meio de propostas curriculares, políticas de avaliação e gestão, biopolítica e formação de professores.

As variáveis foram elaboradas com base em temas capilares desenvolvidos nas pesquisas, considerando os mecanismos de poder como dispositivos disciplinares e de controle nas escolas. Por se tratar de um descritor vinculado à questão de poder, muitos resultados encontrados na revisão de literatura apontaram como escolha teórica e/ou metodológica o uso da caixa de ferramentas vinculada às contribuições de Michel Foucault.

Assim, quatro artigos apresentaram, em seus pareceres, a existência de mecanismos de poder na escola, constituídos a partir das propostas curriculares; quatro artigos indicaram os mecanismos de poder como produto das políticas de avaliação e gestão; cinco artigos constataram os mecanismos de poder como fruto do Biopoder; e, por fim, dois artigos afirmam que os mecanismos de poder são processos de convencimentos, desde a formação de professores até a atuação profissional, para que sejam exercidos e aceitos naturalmente nas instituições escolares, atendendo aos interesses hegemônicos.

De modo geral, as pesquisas no âmbito escolar estão preocupadas em identificar as relações de poder com intenções objetivadas provenientes de interesses subjacentes na formação de subjetividades nos sujeitos. As investigações elucidam dispositivos de poder, tais como os vinculados ao vigiar pedagógico, identificados em avaliações de larga escala, ou na necessidade de modificar subjetividades submetidas a estratégias políticas de prevenção e manutenção da saúde. Isso se dá por meio de um discurso persuasivo, com exigências curriculares e/ou das equipes gestoras responsáveis pela organização das instituições escolares.

Desse modo, a escola, *lócus* de relações entre saberes e poderes, percorre enunciações discursivas em consonância com as políticas educacionais, as quais formam uma rede de convencimento para incorporação de pensamentos, de forma a propiciar a normalização. Contribui, assim, para a formação de sujeitos padronizados, tanto em cursos de formação de professores como em formações durante o exercício do trabalho, geridos a partir de mecanismos de poder. Como já mencionado, a escola contribui para o processo de normalização, capaz de delinear subjetividades docentes e discentes, submetidas aos dispositivos que promovem o controle e a vigilância, os novos projetos de vigilância, responsáveis em padronizar conteúdos e abordagens pedagógicas convergentes com o discurso neoliberal (BRANCO; VEIGA-NETO, 2011).

É muito incisivo o discurso que tangencia a valorização do desempenho na escola, o qual sobrepõe o discurso que promove a reflexão crítica dos saberes e da realidade social pelos discentes e docentes. No cotidiano escolar, vivencia-se a sobreposição de componentes curriculares em relação a outros, minimizam-se componentes responsáveis em contribuir para o posicionamento crítico, capazes de formar um sujeito ativo e transformador, priorizando-se a formação de um sujeito dócil, que atenda as demandas de uma sociedade neoliberal.

Há constantes dispositivos que atendem necessidades temporais e históricas na escola, ao passo que a meritocracia que tem sido percebida nos espaços educacionais é desencadeada por uma forte cobrança, representada em índices, números, bem como a desvalorização das especificidades de uma realidade. O discurso emitido pelas políticas educacionais é muito bem arquitetado e apresenta amplo poder convincente, emitindo a importância nos índices e resultados em avaliações de larga escala, por exemplo, o que estimula a governamentalidade, a aceitação coletiva de um discurso como verdade, incorporada de maneira natural.

Gomes e Melo (2018) debatem sobre a ameaça à gestão educacional democrática através das avaliações educacionais para educação básica e superior, baseadas em concepções mercantis, as quais geram competição e aumentam as desigualdades estudantis. Do mesmo modo, Villani e Oliveira (2018) trazem à tona as avaliações do PISA (Programa Internacional de Avaliação dos estudantes), em nível do Ensino Médio, e o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), referente ao Ensino Fundamental, um de nível internacional e outro nacional, ambos sustentam o argumento de que essas avaliações correspondem em tecnologias de poder responsáveis em padronizar a formação dos estudantes de acordo com o discurso neoliberal.

O ensaio de Dametto (2018) contribui para uma leitura enunciativa em relação ao discurso sobre as avaliações educacionais como produtos das relações discursivas da política e da economia, os quais controlam a formação de subjetividades a favor da eficiência e performance.

O estudo de Zientarski, Freire e Lima (2019) mostra que os cursos de formação de professores auxiliam na incorporação das enunciações discursivas neoliberais. O resultado de parcerias internacionais firmadas pelas políticas educacionais é desenhado a partir de pressupostos que venham a contribuir para a formação de uma sociedade articulada com as questões de ordem econômica, e, dessa forma, a formação continuada de professores representa um elemento-chave para a persuasão do discurso neoliberal.

O recorte microestrutural da pesquisa de Zientarski, Freire e Lima (2019), realizada em Fortaleza, no Ceará, representa a circunstância de muitas realidades brasileiras, pois, cada vez mais, o sistema educacional responsabiliza o docente pelas decisões e resultados de aprendizagem escolar, uma vez que são disponibilizadas formações permanentemente, as quais emitem o discurso neoliberal.

Outra estratégia para a propagação do discurso neoliberal consiste na perspectiva de rede em que diversas instâncias sociais emitem ideias e influenciam na subjetividade e na constituição de comportamentos, disciplinas, saberes legitimados na escola. A escola sem partido, por exemplo, retrata o enunciado do discurso neoliberal, o qual defende uma escola neutra, sem gênero, sem posicionamento, vinculada a instituições religiosas que oferecem um poder legitimador e contribuem para inculcação de ideias, estabelecendo a biopolítica na defesa contra a multiplicidade de gêneros no campo educacional (PORTELLA; SANTAIANA, 2019).

A maquinaria da indústria cultural envolta à rede social desenvolve um papel crucial na divulgação de informações que contribuem para a consolidação

do discurso neoliberal nas escolas. A mídia oferece recursos que favorecem a subjetivação padronizada e são utilizados nos processos de ensino e aprendizagem (TREVISAN; ROSA, 2018).

Da mesma forma, Mascarenhas (2018) analisa o assujeitamento em relação às tecnologias de poder que compõem o capitalismo, e como a escola se torna aliada na constituição do biopoder. O estudo propõe uma reflexão acerca da história da instituição escolar, vista como uma entidade moderna, a qual seguiu os padrões das fábricas, partindo do pressuposto de fabricação em massa para a educação massiva disciplinadora. Junto a essas questões, surgem as resistências ao controle e ao poder disciplinador, como a educação informal, por exemplo.

A biopolítica, a arte de governar para o bem-estar social, está presente na discussão discursiva nas pesquisas de Miguel e Tomazetti (2019), que consideram a escola como fábrica de subjetividades. Campanhas para conscientização sanitária são arquitetadas para contemplar estudantes da educação básica, como o combate ao *Aedes Aegypt*, capazes de incentivar o empreendedorismo de si, o cuidado de si. Cartazes, teatros, jogos promovidos na escola reforçam a importância de uma sociedade governamentalizada, uma sociedade ordenada e controlada por forças regulamentares, preocupadas com a governamentalidade neoliberal. Neste sentido, desvincula-se a responsabilidade do sistema e responsabiliza-se o sujeito isoladamente pelo cuidado de si e do outro, contribuindo para a promoção do empreendedorismo de si.

Portanto, o currículo atual vigente nas escolas evoca um discurso nitidamente neoliberal. Em análise dos estudos de Roseiro e Silva (2018), Tavares (2019), Gondim e Costa (2019), Girotto (2019), Amaral e Santos (2018), nota-se a similaridade nas ideias, preconizando o currículo como artefato para perpetuação do *status quo*. Desse modo, o currículo exerce influência como mecanismo de poder para instituir o discurso neoliberal e materializar o controle na formação de subjetividades, elaborado por sujeitos externos que não atuam diretamente nas escolas. Logo, o posicionamento e os saberes dos docentes são desconsiderados na elaboração de propostas curriculares, decompondo a educação em quem formula documentos curriculares e quem os implementa.

A revisão de literatura permitiu observar que o discurso neoliberal é manifestado nas instituições escolares por várias fontes e períodos, através das políticas educacionais em momentos formativos em serviço, formação continuada, pela mídia, livros didáticos, campanhas, currículos, e por toda a rede que compõe a estrutura social. Percebe-se a forte presença de um discurso pragmático na escola contemporânea, por meio da positividade, capaz de inculcar e docilizar corpos e mentes através da presença de mecanismos de poder, desencadeando, outrossim, um processo de governamentalidade neoliberal.

Os estudos se aproximam da ideia de que a enunciação discursiva no campo educacional perpassa as ideias neoliberais voltadas para a formação de sujeitos empreendedores de si, que contribuam para os interesses

mercadológicos, na valorização e busca constante pela performance e incentivo à competição.

5. Considerações finais

Segundo concepções foucaultianas, percebe-se que, desde a modernidade, o ser humano ocidental esteve sob a mira de mecanismos de controle e vigilância, o comportamento “anormal” era – e continua sendo – banido da sociedade normalizada a partir de condições de poder.

E, assim, desde o Século XVIII, na sociedade ocidental, sobretudo a partir da revolução kantiana, presencia-se o interesse em formar um sujeito disciplinado, moralmente disposto a exercer seu papel social, por meio do uso da razão, de acordo com os pressupostos da sociedade civil, e que a partir da inserção do capitalismo como proposta de organização social, inicia-se o processo associado ao disciplinamento de corpos para o trabalho e consumo industrial (ANDERY, 1988).

Desse modo, a inserção na sociedade de diversas instituições de disciplinamento, como os hospitais psiquiátricos, as escolas e os presídios, foram sustentadas por discursos que atendem aos interesses de se constituir um sujeito padrão, propondo-se dispositivos de formação e correção. Destacam-se as escolas como locais de formação, mediante o sequestro de corpos para instaurar governamentos, e, dessa forma, adequar os sujeitos, tais como discentes e docentes para a vida em um tipo de sociedade (FOUCAULT, 2014).

Partindo dessa perspectiva, o campo educacional torna-se essencial para a concretização da formação de subjetividades, e, para isso, as políticas educacionais exercem a incumbência de promover um ensino padronizado, coerente com as condições neoliberais. Neste âmbito, a atual conjuntura preocupa-se em formar um sujeito que atue em sociedade, que estabeleça a ordem e contribua para o progresso econômico, resquícios das ideias positivistas. Ou seja, ser um ativista em benefício da superação de desigualdades, um intelectual transformador, capaz de promover justiça social, qualificado para exercer o papel político e consciente na sociedade não representa os anseios neoliberais do contexto atual.

O campo escolar assume duas faces discursivas, uma das quais evoca o direito a todos ao acesso igualitário da educação, ao passo que a outra apresenta o elemento enunciativo pragmático, o qual sustenta a dimensão da performatividade, referente à preocupação nas avaliações externas, para equilibrar os índices e manter as aparências do acesso de “todos” à educação.

Conclui-se este texto com o sentimento taciturno referente ao discurso pragmático emitido nas instituições escolares da educação básica brasileira no momento atual, visto que, nessa perspectiva, tanto discentes como docentes são submetidos à ordem do discurso. A escola tem sido palco dos interesses hegemônicos capitalistas, haja vista que os objetivos educacionais atendem interesses de formar sujeitos padronizados, por meio de relações de poder. Finaliza-se com as palavras lancinantes sobre saber e poder, expressas por Foucault (2014, p. 31):

[...] que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder [...] não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredoio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.

As relações de saber e poder possuem grande potencial em estabelecer os rumos da educação em um contexto histórico, político, econômico e social. Ter a consciência de que a educação pode contribuir para superar injustiças, emancipar pessoas e melhorar condições de vida faz com que docentes críticos, constantemente, desenvolvam sua docência por meio de resistências cotidianas, lutas diárias contra a padronização na formação de sujeitos, a qual é proveniente do discurso neoliberal.

A partir do que foi problematizado, novas reflexões poderão surgir, de modo a contribuir para o questionamento dessa nova ordem discursiva instaurada a partir de mecanismos de poder, a qual prevê a promoção de uma sociedade governamentalizada, alicerçada nas ideias neoliberais.

Referências

- AMARAL Mirian Maia do; SANTOS, Edméa Oliveira. Biopolíticas de currículo: notas de uma pesquisa-formação na cibercultura. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 40, n.2, p. 01-12, 01 mar. 2018.
- ANDERY, Maria Amália *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988.
- BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Foucault: Filosofia e Política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. (Versão oficial). Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. (Versão oficial). Brasília: MEC, 2018.
- DAMETTO, Jarbas. Análise do discurso em políticas educacionais: o caso da 'qualidade educacional'. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 40, n.3, p. 01-10, 27 nov. 2018.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

- GIROTTI, Eduardo Donizeti. Pode a política pública mentir? A base nacional comum curricular e a disputa da qualidade educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.40, p. 01-02, 2019.
- GOMES, Suzana dos Santos; MELO, Savana Diniz Gomes de. Políticas de Avaliação e Gestão Educacional: articulações, interfaces e tensões. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1199-1216, out./dez. 2018.
- GONDIM, Amanda Marques de Carvalho; COSTA, Alexsandro Barbosa da. A Educação Moral e Cívica no Brasil durante a ditadura: poder e resistências. **Foro de Educación**, v. 17, n. 26, p. 153-173, jan./jun. 2019.
- GOUVEIA, Luís. A autoridade docente e a complexa fabricação do comum: tensões e críticas na intervenção das famílias no trabalho dos professores. **Educação Temática Digital Campinas**, São Paulo, v.20, n.2, p. 434-454, abr./jun. 2018.
- MAGUIRE, Meg; BALL, Stephen John. Discursos da reforma educacional no Reino Unido e nos Estados Unidos e o trabalho dos professores. In: BALL, Stephen John; MAINARDES, J. (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**, p. 175-192. São Paulo: Cortez, 2011.
- MASCARENHAS, Leonardo Balbino. Biopolítica, Educação e Resistência na Contemporaneidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1537-1554, out./dez. 2018.
- MIGUEL, Iván Gregório Silva; TOMAZETTI, Elisete Medianeira. *Zikazero*: o empreendedorismo na educação como estratégia produtora de governamentalidade neoliberal. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 41, n.1, p. 01-10, 2 jan. 2019.
- PORTELLA, Rita de Cassia; SANTAIANA, Rochele da Silva. Relações entre "ideologia de gênero" e assédio: o poder dos discursos na constituição de comportamentos. **Rev. de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 24, n. 3, p.79-90, 2019.
- ROSEIRO, Steferson Zanoni; SILVA, Sandra Kretli. Currículos Disfuncionais: inventar as lutas contra o capitalismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1115-1130, jul./set. 2018.
- SOARES, Sebastião Silva; DEVECHI, Catia Piccolo Viero. Políticas de formação docente no contexto do PROEJA: realidade e perspectivas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 2, p. 406-421, abr./jun. 2020.
- TAVARES, Fernando Gomes de Oliveira. O processo de elaboração das propostas curriculares para a educação básica. **HOLOS**, Ano 35, v.2, p. 01-19, 2019.
- TREVISAN, Amarildo Luiz; ROSA, Geraldo Antônio. Indústria cultural, biopolítica e educação. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 423-442, set./dez. 2018.
- VILLANI, Marialuisa; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1343-1362, out./dez. 2018.
- ZIENTARSKI, Clarice; FREIRE, Perla de Almeida; LIMA, Maria Aires de. A Formação de professores em serviço: políticas de alinhamento aos organismos internacionais e à lógica neoliberal. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 4, p. 2160-2174, out./dez. 2019.

Recebido em: 31 de maio de 2022.

Aceito em: 17 de agosto de 2022.

Publicado em: 11 de dezembro de 2022.

